
SEXUALIDADE EM DEBATE: PERCEPÇÕES DE LICENCIANDOS

SEXUALITY IN DEBATE: PERCEPTIONS OF UNDERGRADUATE

Edenilse Batista Lima¹ (UFS)

João Rogério Menezes de Santana² (UFS)

Maria Batista Lima³ (UFS)

RESUMO: Essa investigação objetivou identificar concepções de universitários sobre questões relacionadas à sexualidade. Para análise, um questionário composto de 20 questões foi aplicado a 11 licenciandos. Dados dos entrevistados apontam que tal conteúdo deva ser objeto de discussão nos diversos níveis de educação. Os resultados indicam que, na atualidade, as universidades não têm atendido de forma satisfatória os encaminhamentos nessa área.

Palavras-Chave: Sexualidade, Formação Docente e Conhecimento

ABSTRACT: This investigation aimed at identifying conceptions of academics on issues related to sexuality. For analysis, a questionnaire composed of 20 questions been applied to 11 undergraduates. Data from respondents indicate that such content should object of discussion at various levels of education. The results indicate that, at present, universities have not met satisfactorily referrals in this area.

Keywords: Sexuality, Teacher Training and Knowledge

INTRODUÇÃO

Vive-se em uma sociedade diversificada. Essa diversidade se dá também no âmbito da sexualidade, que, atualmente, tem encontrado avanços significativos quanto ao

¹ Mestranda no Ensino de Ciências e Matemática, Especialista em Ensino de Ciências e Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Sergipe. Professora da Rede Estadual de Ensino. Membro dos grupos de pesquisa GPEMEC/UFS e EDUCON/UFS. E-mail: edenbali@yahoo.com.br

² Mestrando no Ensino de Ciências e Matemática, Especialista em Metodologias do Ensino para a Educação Básica pela Universidade Federal de Sergipe e Graduado em Pedagogia pela Faculdade Atlântico – SE. Professor da Rede Estadual de Ensino Membro dos grupos de pesquisa GEPIADDE/UFS e EDUCON/UFS. E-mail: santana.menezes@hotmail.com

³ Doutora em Educação, Profª Adjunta da Universidade Federal de Sergipe, Profª do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (NPGECIMA). E-mail: mabalima.ufs@gmail.com



reconhecimento por parte de setores da sociedade, do direito à igualdade de direitos. Esses avanços têm-se intensificado no âmbito das políticas públicas do Brasil, com a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, que, no Título I, dos Princípios Fundamentais, Art. 4º, diz que a República Federativa do Brasil tem, dentre seus objetivos, o de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação”, e, no Título III, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, no Art. 5º, estabelece que todo cidadão tem direitos iguais perante a Lei. Tomando como aporte a Carta Magna, a livre manifestação dos movimentos sociais no território brasileiro tem a garantia de sua realização por dispositivos constitucionais.

Tal possibilidade pode ser vista em razão das grandes manifestações sociais, as quais acontecem nas regiões de grande influência política nacional, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e também em Sergipe e outras localidades que realizam, através de organizações do terceiro setor (ONG), movimentos em pró da livre expressão sexual e não à intolerância. Essas organizações têm buscado especializar-se em possibilitar o reconhecimento, pela sociedade, da diversidade sexual e, assim, trabalhar de forma politicamente organizada os problemas sociais, combatendo preconceito e a intolerância.

Considerando os pressupostos sobre as mudanças de ordem política e social a partir da década de 70 e posteriormente com a Constituição brasileira de 1988, têm também as instituições de ensino superior buscado acompanhar tais mudanças por meio de trabalhos científicos, visando obter dados concretos da participação da sociedade nas tomadas de decisões políticas nas diversas esferas do poder. Dentre esses trabalhos se encontram aqueles que buscam compreender concepções sobre expressão sexual de forma geral e, em particular, de determinados extratos da sociedade brasileira. As abordagens dessas concepções têm-se acirrado nas academias a partir do final da década de 70, no século XX, com discussões de questões relacionadas à educação e sexualidade. Internacionalmente, no ensino superior, pesquisas tomaram grande fôlego com a implantação do Departamento de

Estudos da Mulher na universidade de Maryland⁴ e, depois disso, outros grupos de estudos em diversos segmentos foram surgindo em todo o mundo e, aqui no Brasil, com a respectiva chancela do CNPq em diversas universidades, consolidaram-se e ainda buscam se consolidar grupos de estudos sobre a temática gênero e sexualidade. No entanto, essas questões só passaram a fazer parte do espaço escolar, na educação básica, como conteúdo de fato, a partir de 1996, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais em seus temas transversais.

Passadas décadas de movimentos sociais e estudos relacionados à sexualidade, há ainda grandes lacunas a serem preenchidas nos currículos do cotidiano das universidades, bem como nas escolas de educação básica do Brasil, em razão das temáticas em estudo não terem ainda atingido seus objetivos, principalmente o de possibilitar uma mudança de concepção e de comportamento frente à diversidade.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é identificar concepções de universitários nas diversas áreas de formação sobre questões relacionadas à sexualidade. Para tanto, foram aplicados questionários aos participantes de um curso de extensão promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Identidades e Alteridades: Diferenças e Desigualdades na Educação (GEPIADDE). O instrumento de investigação é composto de 20 questões (abertas e fechadas), que buscam identificar concepções de graduandos sobre a temática em diversos campos do conhecimento e como esta poderia ser inserida no espaço acadêmico como conteúdo de conhecimento. Foram entrevistados onze licenciandos dos cursos de Matemática, Química, Biologia, Letras Português e Pedagogia, sendo que, a maioria (56%), encontra-se no 2º período. Destes, dez são do sexo feminino, com idade entre 18 e 23 anos, 82% identificam-se como católicos e não exercem atividade laboral; a maioria mora com seus genitores e os irmãos e o maior número dos pais e mães possui somente o Ensino Fundamental Incompleto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

⁴ MEYER, Dagmar E. Estermann; RIBEIRO, Cláudia; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO. 'OLHARES' SOBRE ALGUMAS DAS PERSPECTIVAS TEÓRICOMETODOLÓGICAS QUE INSTITUEM UM NOVO G.E.** In. 27ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. Disponível em: < http://www.ded.ufla.br/gt23/trabalhos_27.pdf > acessado em 06/09/2011.

As concepções dos licenciandos sobre sexualidade estão relacionadas a carinho, sexo e afeto como mostra o gráfico a seguir (gráfico 1). Percebe-se que os entrevistados já possuem uma noção do quão abrangente é esta temática e que ela não se resume em apenas sexo.

O termo sexualidade é bastante amplo, envolve vários fatores da personalidade, do comportamento e do sentido humano. Os papéis sociosexuais impostos por valores culturais, internalizados desde a infância, caracterizam e moldam cada sexo. A sexualidade é própria de cada pessoa, a meiguice, carinhos, os afetos, impulsos sexuais, socialização, agressividade, a forma cortês ou grotesca de se comunicar com os outros, a imitação da voz através do seu timbre, tonalidade e velocidade, o nível de simpatia ou antipatia, a maneira de se vestir e se produzir, o grau de inibição e a capacidade de atrair o outro, as preferências sexuais, desejos, fantasias, as manifestações da excitação e do orgasmo, a beleza física e a disposição anatômica das formas do corpo, etc., caracterizam o que chamamos de sexualidade. (MEIRA, 2002)

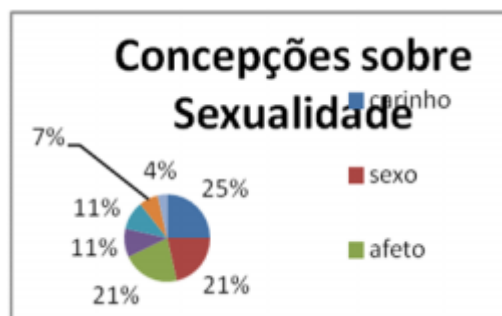


Gráfico 1 concepções sobre sexualidade

Os licenciandos acreditam que não há uma conversa livre entre eles sobre sexualidade, sendo que a fonte que eles mais utilizam para buscar informações sobre sexualidade são os livros (Gráfico 2).

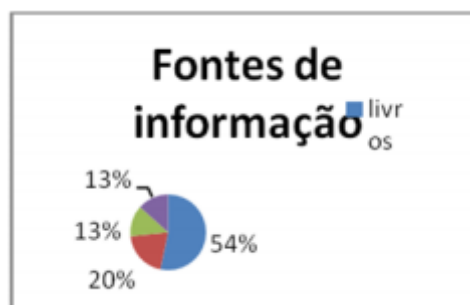


Gráfico 2 fontes de informações sobre sexualidade

A maioria dos entrevistados dá preferência à conversa sobre sexualidade com os amigos (gráfico 3), considerando que a conversa com os pais, muitas vezes, não ocorre porque os discentes não se sentem bem tendo esse tipo de conversa com eles ou, ainda, segundo eles, os próprios pais não gostam de conversar sobre o assunto. Alguns entrevistados afirmaram não conversar com os seus professores por não se sentirem bem ou por não terem surgido ocasiões. Para alguns entrevistados, esse tipo de diálogo provoca constrangimento uma vez que para tê-lo é preciso que haja muita confiança e intimidade.

No que se refere às conversas sobre sexualidade, os adolescentes dão muita importância aos amigos. Isso se deve ao fato de serem da mesma idade e, assim, comungarem certos problemas. Os pais acabam ficando um pouco distante dos adolescentes, que, por sua vez, já não mais se identificam com seus pais, indo procurar, em outros meios, experiências que necessitam nesse momento de sua vida. (TONATTO e SAPIRO, 2002)

Segundo Gørgen (1994, p. 3)

Em várias culturas, os pais não têm o costume de falar com os seus filhos a respeito de relacionamentos sexuais, reprodução e anticoncepção. Antigamente talvez outros membros da família, p. ex. os tios ou tias, assumiam esta tarefa. Hoje, tanto os pais como também outros membros da família, não se sentem informados o suficiente nem aceitos pelos adolescentes para aconselhá-los a este respeito. Em várias pesquisas realizadas, os pais expressaram a sua necessidade de saber mais sobre educação sexual, contracepção e prevenção à AIDS para poderem falar a respeito com os seus filhos.

Pelo resultado dessa pesquisa, percebe-se que a conversa entre os pares perdeu seu papel de relevância, uma vez que essa opção foi citada por apenas uma das entrevistadas.

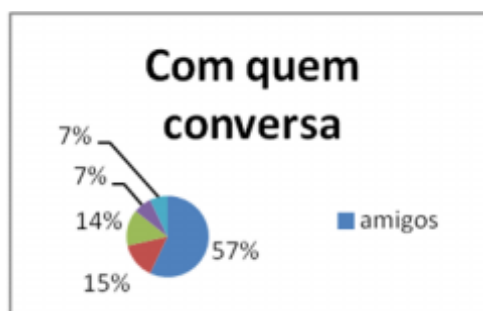


Gráfico 3 com quem conversa sobre sexualidade

Os licenciandos foram unânimes quando afirmaram que as escolas devem discutir sobre sexualidade. Para eles, tal discussão pode ocorrer na forma de palestras (36%), bem como respondendo as dúvidas dos alunos (28%) ou em aula (20%).

Percebe-se que, mesmo na condição de futuros professores, os entrevistados acreditam que as discussões sobre sexualidade devem ocorrer de forma pontual e/ou esporádica, uma vez que as palestras ocorrem, geralmente, anualmente e o palestrante, na maioria das vezes, é alguém da área da saúde, que não tem nenhuma relação com o ambiente escolar.

Quando os graduandos estudavam na Educação Básica e alguns professores abordavam assuntos sobre sexualidade, isso se dava, na maioria das vezes, a partir da concepção do senso comum. A abordagem, segundo eles, pode ser feita por todas as disciplinas (82%). No entanto, alguns graduandos acreditam que essa responsabilidade seja apenas do professor de Biologia. Essa percepção nos remete ao fato de que a temática sexualidade, presente nos PCN como tema transversal, tem como objetivo impregnar toda a prática educativa com as questões da orientação sexual (BRASIL, 1997).

Nota-se que nas escolas os chamados temas transversais, entre eles a educação sexual, não são tratados de forma a integrar os diferentes saberes, ou seja: a interdisciplinaridade não é contemplada. Isso pode ser constatado pelo fato de se acreditar que, dentro da instituição escolar, o professor de biologia é aquele que mais reúne condições para atender a demanda dos jovens com os questionamentos sobre sexualidade (ALENCAR et al, 2008, p. 2).

Segundo os licenciandos, as universidades deveriam prepará-los para discutir a sexualidade dentro de suas práticas didático-pedagógicas através de disciplina específica ou mini-cursos ou ainda através de palestras.

Dados dessa pesquisa indicam, ainda, que os graduandos acreditam que a mídia influencia no desenvolvimento da sexualidade do indivíduo. Sendo que essa influência se dá através de filmes, novelas e romances.

Fagundes (2003) declara que as concepções apreendidas no âmbito familiar e escolar somam-se as contribuições da mídia na forma de programas e seriados de TV, comerciais nas páginas de revistas, jornais e em outras produções culturais como cinema.

Apesar de a maioria dos entrevistados ser do sexo feminino (91%), (60%) apresenta a percepção de que a prática sexual do homem antes do casamento o prepara para a vida a dois e não prepara a mulher. Apenas 30% acreditam que prepara também a jovem para a vida matrimonial. Ainda existe uma pequena parcela que possui a concepção de que sexo antes do casamento é irresponsabilidade. Percebe-se, então, que há um certo preconceito e machismo alicerçados na própria mulher, provavelmente, provenientes da educação patriarcal, anti-sexual, machista e religiosa na qual foram criadas.

Görgen (1994) afirma que o contexto e a valorização das atividades sexuais dependem das condições sócio-econômicas e sócio-culturais, divergindo-se nos adolescentes do sexo masculino e feminino. Nos adolescentes masculinos, freqüentemente, aceita-se que eles tenham um forte instinto sexual e a necessidade de obter experiências sexuais. Quase não existem restrições, pelo fato de que as conseqüências não desejadas só aparecem nas mulheres.

Outro ponto apresentado na pesquisa é a preocupação com as DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis. Nesse sentido, os entrevistados possuem a percepção de que o uso de preservativo promove um sexo seguro (82%) e que é um mecanismo de prevenção às DST e à Aids (46%). Ainda com relação à prevenção às DST e à Aids, existem os mecanismos de utilização de seringas descartáveis e de transfusão de sangue proveniente de instituições que utilizam técnicas e métodos de avaliação e processamento do sangue e seus derivados. Porém, alguns dos entrevistados possuem uma percepção de que evitar relações sexuais com profissionais do sexo também seja uma forma de prevenção. Um dos entrevistados citou como um mecanismo de prevenção às DST e a Aids transar com pessoas confiáveis. Isso denota o quão está impregnada, em algumas pessoas, a concepção pura e inocente de que sentimentos como confiança, autoconfiança, e amor são suficientes para preveni-las dessas doenças.

Os graduandos possuem a percepção da necessidade de se procurar uma pessoa especializada para orientá-los e ajudá-los quando numa possível infecção por uma DST e/ou Aids.

Percebe-se, também, a importância do papel dos pais no tocante a ajuda e orientação com relação a essa questão. Sendo que a mãe é posicionada em segundo lugar (14%) e o pai e os amigos em terceiro (com 7% cada) (gráfico 4).

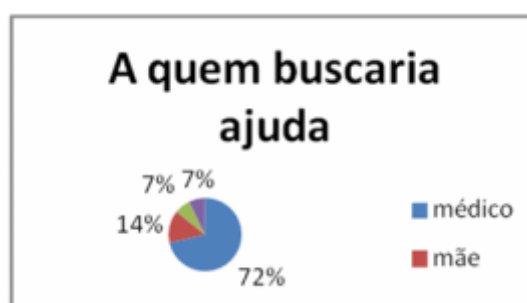


Gráfico 4 a quem procurar quando tiver uma DST

Embora se viva no século XXI e as conversas sobre sexualidade ocorram em diversos âmbitos da sociedade, uma boa parcela dos entrevistados acredita que caso os pais os

vissem com preservativos, apontariam como algo errado, amoral, e que isso iria de encontro à Lei de Deus (gráfico 5). Nota-se, assim, a influência da religião e a associação do sexo como pecado ou algo vergonhoso. Interessante ressaltar que todos os entrevistados já estão numa faixa etária acima dos 18 anos.

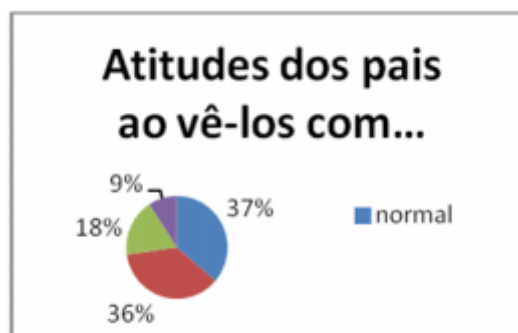


Gráfico 5 atitudes dos pais ao chegarem em casa com preservativo

Para os graduandos, a homossexualidade (gráfico 6) é vista como algo natural e uma forma de vivenciar a sexualidade pelo indivíduo. Porém, existem alguns deles que possuem uma concepção de que a homossexualidade é safadeza e/ou doença.

Para Furlani (2008, p. 9), essas últimas concepções são reforçadas nos livros didáticos. Nesse sentido, ele descreve que o

[...] componente afetivo favorece a leitura da homossexualidade distante das intencionais, comuns e históricas associações com a irresponsabilidade, com a libertinagem, com a safadeza, com a promiscuidade – comuns nos discursos discriminatórios e intolerantes. Valorizar os sentimentos amorosos em detrimento dos sexuais – essa é uma representação que pode se constituir estratégica para a Educação Sexual, sobretudo na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Para Furlani (2008), ainda que seja uma referência ausente ou esporádica no contexto do currículo escolar, a homossexualidade é uma identidade cultural, uma vez que nos remete a heterossexualidade, que é sua representação oposta. Para a autora, a escola deve contribuir para a equidade de gênero e sexual.

Ao se entender a escola como uma instância envolvida na produção de identidades sexuais e com a validação de determinadas formas de viver as sexualidades. Tal postura afina-se com as ideias de Meyer, ao afirmar que

[...] torna-se importante focalizarmos os processo escolares envolvidos com a naturalização de diferenças e desigualdades sociais, nesses domínios... A compreensão de natural, muitas vezes compartilhada na escola, exclui o caráter de construção das identidades sociais, da multiplicidade, da provisoriedade e da contingência do humano, bem como dos aspectos históricos, sociais, culturais e políticos que envolvem a produção dos discursos em educação. (MEYER et all, 2007, p. 229)

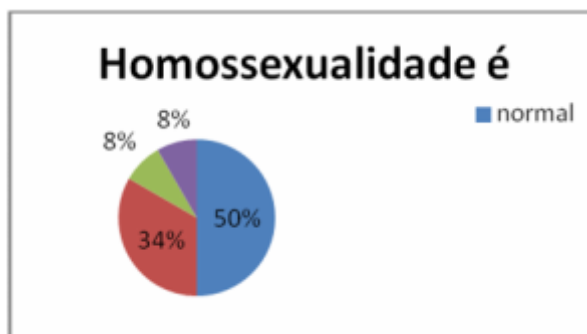


Gráfico 6 concepções sobre homossexualidade

Nas últimas três décadas do século XX, os movimentos gay, lésbico e queer provocaram uma pluralização da política de identidade no que se refere às suas reivindicações e possibilitaram a visibilidade de múltiplas facetas do gênero e da sexualidade. Essa pluralidade abalou a epistemologia sexual. Novas condições culturais permitiram o surgimento, no espaço escolar, da emergência de certas alterações com inclusões curriculares relacionadas às identidades de gênero e de sexualidade (FURLANI, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os graduandos possuem uma percepção do quão abrangente é a temática sexualidade, sendo que esta envolve vários fatores da personalidade, do comportamento e dos sentidos dos seres humanos e não apenas sexo.

Os entrevistados buscam informações sobre sexualidade em livros. Este fato denota que eles possuem a consciência de que estas fontes são mais confiáveis do que quaisquer outras. No que se refere às conversas sobre sexualidade, os adolescentes dão muita importância aos amigos. Isso se deve ao fato de serem da mesma idade e, assim, comungarem certos problemas.

Segundo os graduando, as discussões sobre sexualidade devem ocorrer nas escolas e nas universidades, sendo que, para os graduandos, isso deve começar na Educação Infantil com introdução de conteúdos que valorize as diferenças, e a diversidade para formação social e identitária. Nas universidades, as abordagens acerca de questões de gênero e sexualidade devem estar voltadas para a formação de uma prática didático-pedagógica interdisciplinar, a fim de fortalecer o processo de conscientização para a percepção da importância dessas temáticas.

Muitos entrevistados acreditam ser um tabu o sexo antes do casamento. Mas, segundo eles, a prática sexual do homem antes do casamento o prepara para a vida a dois e não prepara a mulher. Porém uma boa parcela já cogita a ideia de preparar, também, a mulher para a vida a dois. O machismo e o preconceito ainda prevalecem muito diante dessas questões e provêm tanto de homens quanto de mulheres.

A percepção de que o uso do preservativo como prática de sexo seguro é algo apontado nas questões levantadas pelos graduandos, bem como a necessidade de procurar uma pessoa especializada para orientação e ajuda quando numa possível infecção por uma DST e/ou Aids.

Embora se viva no século XXI e as conversas sobre sexualidade ocorram em diversos âmbitos da sociedade, uma boa parcela dos entrevistados acredita que caso os pais os vissem com preservativos, apontariam como algo errado, amoral, e que isso iria de encontro à Lei de Deus; portanto, qualquer indício que o lembre deve ser escondido.

Para a grande maioria, a homossexualidade é algo normal, uma forma de vivenciar a sexualidade. Contudo, uma parcela dos entrevistados vincula homossexualidade à safadeza e/ou à doença. Isso nos dá a ideia de que a escola não está conseguindo atingir de forma satisfatória alguns de seus objetivos sociais: o de contribuir para a equidade sexual.

As escolas precisam se utilizar de diversos mecanismos para fomentar discussões sobre as diversas identidades sexuais e visibilizá-las. As universidades precisam abarcar sua parcela de responsabilidade no tocante a essa temática, desenvolvendo encaminhamentos para melhorar a formação docente e preparar os futuros professores para desempenharem uma prática didático-pedagógica interdisciplinar que englobe os temas transversais, como preconiza os PCN.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Rúbia de Aguiar et al . Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes. **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru, v. 14, n. 1, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132008000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 jul. 2009. doi: 10.1590/S1516-73132008000100011.
- CONCEIÇÃO, I. S. C. Educação sexual. In: VITIELLO, N. et al. **Adolescência hoje**. São Paulo: Roca, 1988. p. 71-76.
- FAGUNDES, T. C. P. C. Identidade Feminina – Uma Construção Histórico-Cultural. In: **Ensaio sobre Identidade e Gênero**. Salvador: Helvécia, 2003.
- FURLANI, J. Mulheres só fazem amor com homens? A educação sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. **Pro-Prosições**, Campinas, v. 19, n. 2, ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 jul. 2009. doi: 10.1590/S0103-73072008000200009.
- GÖRGEN, R.. Trad. RÖHR, G. S. Sexualidade na adolescência - **enriquecimento ou ameaça?** Grupo Adolescer. Terceira Conferência Mundial sobre a População, set/ 1994. Disponível em: <http://elogica.br.inter.net/lumigun/texgund1.htm>. Acesso em 19 de julho de 2009.
- MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais e Ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- MEYER, Dagmar E. Estermann; RIBEIRO, Cláudia; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Gênero, sexualidade e educação. 'olhares' sobre algumas das perspectivas teóricometodológicas**

que instituem um novo G.E. In. 27ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. Disponível em: <http://www.ded.ufla.br/gt23/trabalhos_27.pdf> acessado em 06/09/2011.

MEIRA, L. B. **Sexo: Aquilo que os pais não falaram para os filhos**. 7ª ed. João Pessoa: Autor Associado, 2002.

TONATTO, S.; SAPIRO, C. M. Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, dez. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822002000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 jul. 2009. doi: 10.1590/S0102-71822002000200009.

Recebido: 28/09/2011

Aceito: 05/10/2011